**PACTO NACIONAL PELO FORTALECIMENTO DO ENSINO MÉDIO:
FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES E TRABALHO DOCENTE EM
ANÁLISE**

Aliny Karla Alves de Freitas¹

Fatima Maria Leite Cruz²

Resumo

O artigo analisa o Programa Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio. Utilizou-se a análise documental e entrevistas com professores de uma escola do agreste pernambucano. Constataram-se mudanças significativas com relação à ampliação da garantia do direito à formação docente a partir dos governos Lula/Dilma e, importantes avanços nas concepções de ensino, aprendizagem e educação escolar. No entanto, os professores afirmam que persiste o distanciamento entre teoria e prática; a desarticulada formação inicial; a ampla fragmentação curricular; e, denunciam a descontinuidade das políticas de formação docente e/ou sua estreita veiculação à melhoria dos resultados educacionais em avaliações de larga escala.

Palavras chave: Pacto pelo Ensino Médio. Formação continuada de professores. Valorização docente.

Abstract

The article analyses the program National Pact for the Strengthening of High School. It used the document analysis and interviews with teachers from a school of rural Pernambuco. Significant changes related to the broadening of the guarantee to the right of instructor academic formation with the governments of Presidents Lula and Dilma were found in addition to important advances in the conceptions of teaching, learning and education. However, the teachers affirm that the distance between theory and practice, the disjointed elementary background and broad curricular fragmentation persist. Additionally, they denounce the discontinuity of instructor academic formation politics and/or it's narrow link to the improvement of educational results in large scale examinations.

¹ Professora da SEDUC-PE - Coordenadora Pedagógica na ETE – Gravatá - Professora do Curso de Pedagogia da Facol - Mestra em Educação E-mail: alinyfreitas@yahoo.com.br

² Professora da UFPE-CE - Professora dos Programas de Pós-Graduação em Psicologia e EDUMATEC
Doutora em Educação - Pesquisadora do LABINT e NUFOPE. E-mail: fatimacruz@yahoo.com

Keywords: Pact for High School. Continuing Teacher Education. Teacher Appreciation.

Introdução

O presente estudo foi construído a partir das interrogações da primeira autora, no âmbito de sua atuação na função de coordenadora pedagógica e orientadora de estudos do Pacto Nacional Pelo Fortalecimento do Ensino Médio, na escola Técnica Estadual Professor José Luiz de Mendonça, no município de Gravatá. Nesta experiência acompanhamos as ações empreendidas no contexto do Pacto pelo Fortalecimento do Ensino Médio, na perspectiva da formação continuada de professores em articulação com a prática docente na escola, o que desafiou-nos a aprofundar o estudo e a análise sobre a temática, enquanto aluna do Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica da Escola de Gestores da Educação Básica MEC, promovido pela UFPE em parceria com a SECUC/PE, em trabalho de conclusão desse curso, sob a orientação da segunda autora.

O Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio, instituído pelo Governo Federal através da Portaria Ministerial nº 1.140 de 22 de novembro de 2013, objetiva promover através do MEC em parceria com as secretarias estaduais e distrital de educação a valorização da Formação Continuada dos professores e coordenadores pedagógicos que atuam no Ensino Médio público, nas áreas rurais e urbanas, em consonância com a LDBEN 9.394, de 20 de dezembro de 1996 e com as atuais DCNEM, elencadas pela Resolução CNE/CEB nº 2, de 30 de janeiro de 2012.

Ao mesmo tempo em que os programas institucionais são lançados, algumas questões da prática docente nos inquietavam, tais como a ausência de pessoal de apoio técnico-pedagógico especializado na grande maioria dos quadros fixos das escolas de nível médio da rede pública estadual de PE; a ausência de formação inicial dos professores com foco na formação humana integral e na articulação e integração curricular; a atual rigidez curricular oficial do sistema estadual de ensino; o grande número de professores temporários que compõem o quadro das escolas da rede; a histórica descontinuidade das políticas de formação docente no país, além do distanciamento entre teoria e prática presentes nas propostas de formação até então vigentes e da estreita relação entre formação

continuada de professores e melhoria dos resultados educacionais em avaliações de larga escala.

No âmbito da busca de respostas a estes questionamentos, concentramos as inquietações em uma questão que visava investigar: quais as repercussões do Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio no aprimoramento da formação dos professores e no trabalho docente no âmbito do Ensino Médio?

Situamos inicialmente que o Pacto pelo Fortalecimento do Ensino Médio consiste em uma ação de formação continuada de professores, com duração de 400 horas, distribuídas em momentos de formação e produção, tanto coletiva quanto individual, planejada para ocorrer no chão da própria escola, com um Orientador de Estudo. Esse orientador, geralmente, é o Coordenador Pedagógico, podendo também vir a ser um professor do próprio grupo, e esta atividade conta com financiamento público, inclusive, com o pagamento de bolsas para os cursistas e todos os responsáveis diretos pelas ações de formação nos níveis federal, estadual, regional e local.

O referido programa de formação foi firmado em acordo do Ministério da Educação (Governo Federal), as Secretarias Estaduais de Educação e as Instituições de Educação Superior enquanto entidades parceiras formadoras locais. O processo formativo apresenta como eixo estruturante a temática "Sujeitos do Ensino Médio e Formação Humana Integral" configurada para a discussão e o trabalho em todas as etapas do curso (MEC, 2014).

Em se tratando da relevância profissional, a presente investigação se reveste de uma conotação especial para os coordenadores pedagógicos, diretamente envolvidos na gestão das atividades do pacto na escola, tendo em vista a possibilidade de ampliação do processo de formação dos professores, o desenvolvimento do aperfeiçoamento docente no chão da própria escola e o diálogo com os saberes docentes, os quais fazem trazer à tona questionamentos pertinentes à temática da formação continuada e do trabalho docente.

Traçamos como objetivo geral analisar a proposta de formação continuada presente no contexto do Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio e compreender suas possíveis implicações no Trabalho Docente, no âmbito da escola. Como objetivos Específicos buscou-se identificar os aportes teórico-metodológicos do programa de

formação dos professores do Ensino Médio propostos pelo Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio em execução nas escolas de PE; caracterizar os principais aspectos da formação continuada de professores proposta pelo pacto; e relacionar tais aspectos ao aperfeiçoamento do desenvolvimento profissional docente.

Dentre os múltiplos aspectos que elencamos para ressaltar a importância da temática em questão, destacamos os graves problemas identificados no Ensino Médio do país, tais como: a baixa taxa de matrícula no Ensino Médio, perfazendo um total de 8.312.815 de alunos matriculados, numa população de 10.444.705 jovens com idade entre 15 a 17 anos, de acordo com dados do último censo, 2010; os altos índices de evasão e reprovação nesse nível de escolarização, 9,5 % e 7,4%, de acordo com dados do MEC/INEP (2013), bem como a inadequação curricular, expressa nos baixos índices de resultados das últimas avaliações do SAEB publicadas até o momento, referente ao ano base de 2011, para as quais Língua Portuguesa obteve (261,1 pontos) e em Matemática, (264,9 pontos).

Em termos da relevância científica deste estudo, entendemos que as mudanças do mundo atual, o grande desenvolvimento científico, cultural e tecnológico, bem como as ações de desregulamentação e mercantilização da educação nos impõem que as políticas públicas de formação continuada para professores, quer sejam da educação básica, quer da educação superior, necessitam ser analisadas e avaliadas à luz dos referenciais científicos que embasam o campo dos estudos sobre a área desde a sua formulação e concepções, passando pela implementação e impactos educacionais.

Quanto à relevância social, essa pesquisa cumpre importante papel à medida que analisa, mesmo que de modo inicial, os impactos do Programa junto aos professores e coordenadores pedagógicos, bem como junto a todos os diretamente responsáveis pelo processo de formação proposto pelo Pacto, que tem a pretensão de imprimir uma nova identidade à etapa final da Educação Básica no país. Pretendíamos aguçar o olhar crítico sobre a proposta inicial da referida política de formação continuada de professores, a partir do feedback da ação para fins de controle e aprimoramento da própria política.

No entanto, é importante ressaltar um dos aspectos trazidos por Ball (2011) em seus estudos sobre a pesquisa em políticas educacionais, que diz respeito ao tempo e ao espaço

em que se situam as pesquisas, visto que, as políticas educacionais tem um tempo de formulação, [...] de implementação e um tempo para que seus efeitos possam ser percebidos e analisados. Deste modo, cabe ao pesquisador, respeitar os limites do tempo para que não recaia em conclusões e prescrições antecipadas. Isso porque sua investigação pode ser bastante útil, sobretudo, ao momento presente, em termos de uma perspectiva materialista dialética, que se faz incapaz de prever o movimento histórico.

A formação de Professores: concepções e posicionamentos

Os aspectos que envolvem o campo da formação de professores são bastante diversos e incluem questões tanto de cunho pedagógico e científico quanto político-social com vistas à garantia de um melhor desempenho educacional nos diferentes níveis e etapas da escolarização dos estudantes. Especialmente, observa-se preocupação crescente quanto à qualidade da formação inicial e em serviço, bem como quanto aos aspectos da profissionalização dos atores escolares (NOVAES, 2013).

Nesse sentido, algumas mudanças significativas têm ocorrido no âmbito da escola e da formação de professores, sobretudo, para atender as novas demandas sociais, políticas e econômicas da sociedade, gerando uma reforma mais ampla no campo da educação. Sendo assim, torna-se, cada vez mais difícil, segundo Cunha (2013), poder definir como se forma esse profissional e o que caracteriza exatamente as suas atividades no mundo contemporâneo, pois a profissão docente pode ser olhada por diferentes ângulos.

Para Pimenta (2005), a atividade docente é práxis, na qual há o conhecimento de um determinado objeto, o estabelecimento de finalidades, e a intervenção que leva à transformação da realidade, enquanto realidade social. De acordo com Pimenta e Anastasiou (2002), na perspectiva de formação continuada desses profissionais, a preparação pedagógica e a reconstrução da experiência docente como uma proposta de formação para o magistério é fundamental para o aprimoramento do desenvolvimento profissional continuado em detrimento da visão de treinamento que apenas visa a moldar no trabalhador de acordo com um padrão único de atividades ou acervo de saberes.

Desse modo, se faz necessário voltar o olhar de forma mais criteriosa e reflexiva sobre a proposta de formação que vem sendo implementada nas escolas no contexto do referido pacto visando contribuir com os estudos que buscam verificar em que medida as ações de formação continuada de professores no país, a exemplo da instituída pelo Pacto pelo Fortalecimento do Ensino Médio têm impactado o trabalho docente, assim como, suas práticas pedagógicas. Ou seja, é analisar se há aproximação de uma concepção de formação continuada com base na profissionalização docente como um processo permanente de construção, desconstrução e reconstrução dos saberes.

Conforme Severino (2010), a escola é o lugar institucional do projeto educacional, e nessa direção:

quer dizer que ela deve instaurar-se como espaço-tempo, como instância social que sirva de base mediadora e articuladora dos outros dois projetos que têm a ver com o agir humano: de um lado, o projeto político da sociedade e, de outro, os projetos pessoais dos sujeitos envolvidos na educação (SEVERINO, 2010, p. 159).

A formação continuada docente no Pacto pelo fortalecimento do Ensino Médio

A Formação Continuada de Professores e Coordenadores do Ensino Médio segundo o Documento Orientador do Pacto pelo Fortalecimento do Ensino Médio (BRASIL, MEC, 2014) tem por objetivo “contribuir para o aperfeiçoamento da formação dos professores e coordenadores pedagógicos e rediscutir as práticas docentes em conformidade com as DCEM”. O documento ressalta que a formação se constitui em curso no nível de aperfeiçoamento na área de Educação cujo objetivo geral compreende:

formar em nível de aperfeiçoamento todos os professores e coordenadores pedagógicos que atuam no Ensino Médio com vistas à valorização da formação do professor e dos profissionais da Educação a partir do diálogo entre conhecimentos teóricos e experiências docentes e de gestão pedagógica (Documento Orientador Do Pacto Pelo Fortalecimento Do Ensino Médio, BRASIL, MEC, 2014, p. 5).

O curso de Formação Continuada de Professores e Coordenadores Pedagógicos do Ensino Médio, proposto pelo referido pacto, busca privilegiar a articulação entre teoria e prática no processo de formação docente com base no aprimoramento de conhecimentos científicos e didáticos, além de considerar a escola como lócus de formação continuada e de construção e reconstrução coletiva do Projeto Político Pedagógico da escola conforme o

(Documento Orientador do Pacto Pelo Fortalecimento do Ensino Médio, BRASIL, MEC, 2014, p. 5) sem perder de vista a articulação com as “juventudes” e o direito à educação de qualidade social.

Nesse sentido, concordamos com o que diz Cordeiro et al, (2013), ao afirmar que o mérito dessas ações de formação reside na possibilidade de ressignificar o sentido de ensinar, através do seu caráter formativo e instrucional, investigativo e interventivo.

Podemos verificar que diferentes programas de formação inicial e continuada de professores da educação básica foram implementados no país, a partir dos anos 2000, e, em especial, nos governos Lula-Dilma, a exemplo do pacto pelo ensino médio, como podemos verificar no quadro abaixo: (figura 01)

Portanto, o Pacto pelo Fortalecimento do Ensino Médio consiste na continuação dos programas de governo que integram as políticas de formação tanto inicial quanto continuada para docentes implementados pelo governo Lula no período (2003 – 2010) e ampliadas pelo governo Dilma (2011 – 2014) visto que, tais ações são consideradas estratégicas para o alcance da qualidade internacionalmente requerida para a Educação no país, fato este que tem contribuído diretamente para a centralidade e responsabilização dos professores pelos resultados das avaliações em grande escala, conforme nos aponta Oliveira (2004).

O artigo 2º da Portaria Ministerial nº 1.140 de 22 de novembro de 2013, estabelece que o MEC prestará apoio técnico e financeiro aos Estados e ao Distrito Federal no âmbito do Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio, por meio do FNDE, a qual ocorrerá por meio de suporte à formação continuada dos professores e coordenadores pedagógicos do ensino médio. A referida portaria também estabelece que:

§ 1º O apoio técnico e financeiro de que trata o caput contemplará a concessão de bolsas de estudos e pesquisa para profissionais da educação, na forma estabelecida no art. 3º, § 7º, da Lei nº 5.537, de 1968, e o desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos, entre outras medidas. (MEC, PORTARIA MINISTERIAL nº 1.140 de 22 de novembro de 2013).

A Resolução nº 51 de 11 de dezembro de 2013 estabelece os critérios e normas para o pagamento de bolsas de estudo e pesquisa aos profissionais participantes da formação continuada no âmbito do Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio, o que

representa um avanço em termos das políticas de formação de professores no país, visto que em ações anteriores, este aspecto do financiamento da política não foi considerado pelo governo.

A exemplo de programas considerados exitosos pelo MEC como o Pró-letramento, foi instituído o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa e, mais recentemente, em 2013, o Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio, ambos com a perspectiva da melhoria dos resultados educacionais, com foco na mensuração e elevação dos índices da Prova Brasil e do IDEB. Ou seja, basicamente, pode-se dizer que a efetividade do programa se dará, na prática, através da análise quantitativa dos resultados do desempenho dos estudantes nas referidas avaliações externas em detrimento às análises qualitativas dos impactos da política sobre a dimensão das práticas pedagógicas dos professores do ensino médio no contexto da própria escola.

Percurso Metodológico

O estudo, aqui relatado, consiste numa pesquisa teórica de cunho bibliográfico, objetivando captar as concepções centrais que embasam a ação de formação continuada dos professores participantes do Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio na escola campo de investigação. Foram realizadas também entrevistas com 15 professores do ensino médio, na intenção de captar como eles analisam os efeitos do pacto no cotidiano da escola.

Independentemente dos aspectos teórico-metodológicos e da natureza do problema a ser investigado, em termos do referencial metodológico de um estudo sobre qualquer que seja o recorte da realidade, nossas ações implicam, necessariamente, o preenchimento de determinados requisitos que não se pode abdicar: a pergunta inicial que se pretende responder, a construção de um caminho a percorrer em termos metodológicos para obtenção da resposta, bem como o nível de confiança que se pode ter sobre determinada resposta (LUNA, 1997).

Nossa opção se deu pela pesquisa qualitativa, que, segundo Minayo (1994) preocupa-se com uma realidade que não pode ser quantificada, respondendo a questões

muito particulares, trabalhando com um universo de significados, crenças e valores [...]. Buscamos, ainda, ancoragem em autores como Triviños (1987), Fazenda (1991), Demo (1981), entre outros. A pesquisa pretendeu promover o debate teórico tomando por base a análise do Programa no cotejo com referenciais sobre as temáticas da formação continuada e do trabalho docente.

Na análise documental foram consideradas as contribuições relevantes à discussão teórica, visando captar os aspectos consolidados e/ou contraditórios presentes no contexto das temáticas abordadas, bem como os avanços e/ou fragilidades. A análise fez o cotejo das concepções identificadas nos documentos: Portaria Ministerial nº 1.140 de 22 de novembro de 2013; Documento Orientador do Pacto pelo Fortalecimento do Ensino Médio de 2014; Resolução CNE/CEB nº 02, de 30 de janeiro de 2012 que define Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio, do Ministério da Educação.

Análise e Discussão

O lócus de investigação foi a Escola Técnica Estadual Professor José Luiz de Mendonça, situada na zona urbana, no município de Gravatá - PE e, enquanto sujeitos, 15 (quinze) professores participantes do pacto nessa unidade escolar. Desse conjunto de docentes, 13 (treze) professores pertencem ao quadro efetivo, com mais de 06 (seis) anos de atuação na rede e com atividades desenvolvidas em tempo integral na escola; 02 (dois) professores são de contrato temporário com atividades em tempo parcial na escola e menos de 05 (cinco) anos de atuação no magistério.

Quanto à formação profissional, os professores da escola, em sua maioria, apresentam a habilitação necessária para o exercício do Magistério, na forma inicial para o nível médio, além de especialização em suas respectivas áreas de formação, como visualizamos no quadro abaixo: (figura 02)

No que se refere à análise documental realizada, conferimos que o tema geral que é proposto pelo pacto no processo de formação dos professores do ensino médio, refere-se à Formação Integral dos Sujeitos, neste caso, os jovens e adultos que se encontram na etapa final da educação básica. Na sua operacionalização nas escolas encontramos que os orientadores de Estudo, além de submetidos a uma formação com o total de 96 horas,

recebem orientações por parte do Coordenador Regional do Pacto e supervisão das ações pela Secretaria Estadual de Educação.

O estudo também identificou que a formação pelo pacto visa superar a perspectiva de formação continuada de professores como treinamento, uma vez que trata de compreender, segundo Cordeiro, (2013) a formação continuada como espaço de investigação e intervenção, a se desenvolver em sucessivos processos de recontextualização didático-pedagógico. Esta concepção parte do princípio de que a escola é um lócus formativo, compreendendo-a como

uma instância formativa e como tal, segundo sustenta o princípio da indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão, a prática educativa coloca-se como ponto de partida e de chegada de quaisquer práticas que nesse lócus se desenvolva (CORDEIRO ET AL, p. 32, 2013).

Ao refletirmos sobre a escola de nível médio, o aperfeiçoamento docente, o currículo, o PPP e os sujeitos desta etapa, em suas interrelações com a cultura/política/economia, o trabalho, a ciência, a tecnologia e meio ambiente temos clareza de que a provisoriedade dos saberes será insuficiente para resolver todas as demandas suscitadas na complexidade da prática docente, porém sua sólida constituição, parece-nos necessária para dar conta das exigências de formação dos jovens em um mundo em constante processo de transformação.

Em se tratando da abordagem curricular para ser implementada no ensino médio que é apresentada na proposta de formação, avaliamos que a perspectiva adotada é a visão crítica dos estudos culturais e a integração curricular com base na contextualização e emancipação dos estudantes do ensino médio, portanto, visa promover a desconstrução por parte dos atores educacionais da organização didático-pedagógica baseada na verticalização e fragmentação curricular, distante das reais necessidades sociais que são colocadas à escola na contemporaneidade. Tal concepção representa uma ruptura paradigmática compreendendo-se que:

historicamente, os currículos foram estruturados sob a influência dessa visão da ciência que se traduz no esquema de disciplinas autônomas entre si sem relação às necessidades formativas dos futuros profissionais. O esgotamento dessa perspectiva manifesta-se na constatação dos problemas da civilização contemporânea. Se de um lado, o avanço científico e tecnológico levou a sociedade humana a se apropriar de grandes benefícios, esse mesmo avanço, à medida que acarreta a perda da

visão da totalidade e da complexidade da sociedade humana que o produz, revela-se gerador de graves problemas e insuficiente para resolvê-los (PIMENTA e ANASTASIOU, 2002, p. 219).

Nas distribuições do currículo por áreas do conhecimento, a proposta é apresentada nos 05 (cinco) volumes dos cadernos referentes à II etapa de formação do Pacto pelo Ensino Médio, e, contribui para reforçar a ideia de que ensinar é um projeto coletivo, embora cada professor, em sua sala de aula, tenha autonomia para desenvolver sua disciplina, visto que esta é parte integrante de um processo formativo dos alunos e, portanto, com a ideia de comunidade de aprendizagem. A este respeito tem-se que:

Os saberes do conhecimento específico de uma área de formação, de sua atualização profissional, de seu campo de pesquisa, revestem-se de novas perspectivas, quando confrontados com os demais colegas de outras disciplinas. Por isso faz-se necessário pensar as disciplinas num contexto de um quadro teórico-prático global no que se refere ao campo a que pertence e enquanto um quadro teórico prático parcial de um processo de formação profissional (PIMENTA e ANASTASIOU, 2002, p. 217).

Dessa forma, propõe-se pensar a função de ensinar para além de uma perspectiva apenas do domínio de um conhecimento disciplinar verticalizado, considerando-se que ensinar é uma função complexa que se alicerça em saberes próprios de uma área de conhecimento, mas que são (re)construídos em diálogo com uma multiplicidade de conhecimentos, saberes e fazeres de quem ensina e de quem aprende (CRUZ, 2011). Portanto, avaliamos que há um avanço conceitual na proposta de formação do pacto pelo ensino médio, que inaugura ações de qualificação docente pautadas em concepções e propostas de cunho crítico-reflexivo e didático-metodológico comprometidas com perspectivas que buscam compreender a docência enquanto processo e meio para uma ação de base reflexiva, crítica e interventiva situada em uma comunidade de aprendizagem na educação escolar.

Sendo assim, entendemos segundo (CRUZ, 2011, p. 464) que as ações de formação continuada proposta pelo pacto, vem possibilitar aos professores ressignificar a função docente no contexto da compreensão de que questionar o saber e refletir sobre o fazer é movimento inerente à docência em geral e dinâmica estruturante da profissionalidade docente.

Podemos considerar, a partir dos documentos analisados e das entrevistas com os professores participantes da pesquisa, que o referido pacto se constitui como um contributo à reflexão em relação às práticas individuais e coletivas dos docentes. Este encaminhamento parece aos professores como indispensáveis ao ensino médio na contemporaneidade tomando como foco o estudante numa perspectiva da formação integral.

A proposta de formação em pauta além de representar um avanço em termos da ampliação da política de formação docente no país durante os governos Lula-Dilma (2003-2015), vem contribuindo para a ressignificação da docência de nível médio da educação básica, à medida em que possibilita a construção/reconstrução e o aprofundamento de saberes didático-pedagógicos dos docentes, além de múltiplas intervenções no contexto da prática pedagógica da própria escola lócus da formação continuada na perspectiva da reescrita do PPP e da autonomia da escola.

O estudo analisou que o pacto vem fortalecer a ideia da necessária integração entre os conhecimentos docentes e os saberes da prática pedagógica e sua intervenção no contexto da prática onde se realiza a formação, como uma condição singular para a plena efetivação de proposta de formação docente. Ou seja, a contextualização da formação na escola e no cotidiano contribui favoravelmente para a possibilidade de síntese que é construída pelos docentes.

Assim, avaliamos que a formação continuada de professores proposta pelo pacto do ensino médio se constitui como um importante instrumento para que seja ultrapassada a perspectiva da docência, meramente enquanto racionalidade técnico-científica, e que por tanto tempo desconsiderou os aspectos relacionais e multirreferenciais que atravessam a interação professor-aluno-saber a ser ensinado.

Embora o referido pacto não apresente em seus textos, ainda que, de forma explícita, a estrita relação entre formação de professores do ensino médio e a melhoria dos resultados educacionais nas avaliações externas, podemos considerar que tal objetivo encontra-se estritamente vinculado a este pressuposto tendo em vista os baixos resultados e os crescentes investimentos para a etapa nos últimos anos no país.

A despeito dos avanços apresentados na proposta de formação do pacto consideramos, ainda em aberto, as temáticas relativas aos povos indígenas, quilombolas, afro-brasileiros e da educação profissional e educação especial inclusive, ausentes nos textos e documentos.

Considerações Finais

Tendo em vista que as ações de formação continuada do pacto pelo fortalecimento do ensino médio tomam por base a perspectiva dos conhecimentos docentes, da prática pedagógica e sua reconstrução, analisamos que esta proposta vem contribuindo com a docência e sua profissionalidade na medida em que reforça a relação entre formação e habilidade docente para além de uma racionalidade técnica.

A proposta de formação visa superar a visão de docência enquanto atividade fragmentada e individual a partir de uma reflexão dos saberes docentes e didático-pedagógicos, no contexto do chão da própria escola, compreendida enquanto lócus da formação com vistas a promover um processo de ressignificação da prática pedagógica institucional dentro de uma visão de uma educação emancipadora.

Sendo assim, pode-se afirmar que a proposta de formação que foi idealizada na perspectiva teórica e que se encontra nos documentos oficiais do pacto pelo fortalecimento do ensino médio, embora tenha sido inicialmente uma política pontual de formação docente e não continuada, o que caracterizaria apenas a aquisição parcial da garantia do direito à formação continuada dos professores, ao ser implementada na prática cotidiana é compreendida pelos professores como um contributo positivo ao processo de reflexão-ação docente, individual e coletiva.

Com base nessa análise, corroboramos com a ideia da revisão e reformulação nos currículos dos cursos de formação inicial de professores com vistas ao resgate da formação integral docente, dada a fragmentação e ênfase disciplinar, bem como o distanciamento entre teoria e prática que não colaboram com a construção da síntese crítica, necessária a uma sólida formação docente.

Os docentes entrevistados pontuaram, ainda, a questão dos professores temporários que se sobrepõem ao quadro de professores concursados na Rede Estadual, o que é temário

pela descontinuidade que esta política acarreta, sem a garantia da permanência de pessoal qualificado por este programa por mais tempo na rede.

Consideramos este estudo uma análise inicial que merece que se possa aprofundar o debate, sobretudo, no que se refere às contribuições que estabeleçam uma análise crítica da relação entre o campo teórico e o empírico, a partir da implementação do programa de formação continuada em pauta.

Fontes Documentais

- BRASIL. Ministério da Educação. Portaria Ministerial nº 1.140 de 22 de novembro de 2013.
- _____. INEP. Disponível em: <http://www.inep.gov.br/>. Acesso em: 22/09/2014.
- _____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.
- _____. Ministério da Educação. Documento Orientador do Pacto pelo Fortalecimento do Ensino Médio. Brasília, 2014.
- _____. Ministério da Educação. Resolução CNE/CEB nº 2, de 30 de janeiro de 2012 que define Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio. Brasília.
- _____. Ministério da Educação. Resolução nº 51 de 11 de dezembro de 2013, FNDE, que estabelece critérios e normas para o pagamento de bolsas de estudo e pesquisa aos profissionais participantes no âmbito do Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio.

Referências

- BALL, Stephen J; MAINARDES, Jefferson (Orgs). **Políticas Educacionais: questões e dilemas**. São Paulo: Cortez, 2011.
- CORDEIRO, T. S. C, et al. Desenvolvimento Profissional Docente na Universidade: formação continuada didático-pedagógica como objeto de investigação, reflexão e intervenção. In: RAMOS & PASSOS. (Org). **Desenvolvimento Profissional Docente: Currículo, Docência e Avaliação na Educação Superior**. Recife: UFPE. 2013.
- CUNHA, M. I. da. O tema da formação de professores: trajetórias e tendências do campo na pesquisa e na ação. Educação e Pesquisa. São Paulo. Aheadof Print. 2013.
- CRUZ, K. M. da. **Questionando o Saber Refletindo Sobre o Fazer**: inquietações de professores sobre a profissionalidade docente universitária. PERSPECTIVA, Florianópolis, v. 29, n. 2, 463-481, jul./dez. 2011.
- DEMO, Pedro. **Metodologia Científica em Ciências Sociais**. São Paulo: Atlas, 1981.

LUNA, Sérgio Vasconcelos de. **Planejamento de Pesquisa**: uma introdução. Editora EDUC. São Paulo. 1997.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. [O Desafio do Conhecimento](#): pesquisa qualitativa em saúde. Editora Hucitec. 8ª ed. São Paulo. 1994.

NOVAES, G. T. F. Padrões de Desempenho na Avaliação Docente e Profissionalidade Docente. In: GATTI, B. A. (Org.). **O Trabalho Docente: avaliação, valorização, controvérsia**. Coleção formação de professores. Autores Associados. Fundação Carlos Chagas. Campinas. 2013.

PAULO, L. H. Políticas de Qualificação no Governo Lula/Dilma: Reflexões sobre a Formação Humana. XVI ENDIPE - Encontro Nacional de Didática e Práticas de Ensino - UNICAMP - Campinas – 2012 –

PIMENTA, S.G. e ANASTASIOU, L.G.C. Do Ensinar à Ensinagem. In: **Docência no ensino superior**. São Paulo: Cortez, 2002.

RAMOS K. M. C. e VEIGA. I. A. P. (Org.). **Desenvolvimento Profissional Docente: Currículo, Docência e Avaliação na Educação Superior**. Ed. Universitária: UFPE. 2013.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

ROLDÃO, M. do C. Neves. **Profissionalidade Docente em Análise Especificidades dos Ensinos Superior e não Superior**. Nuances: estudos sobre educação – ano XI, v. 12, n. 13, jan./dez. 2005.

SEVERINO, A. J. **Desafios da Formação Humana no Mundo Contemporâneo**. Revista de Educação PUC-Campinas, Campinas, n.29, p.153-164, jul./dez., 2010.

--	--	--	--

Caracterização do Programa/ Projeto	Ano de Início	Órgão responsável/ Instrumento Regulatório	Objetivos
Pro-Letramento (Programa de formação continuada de professores para melhoria da qualidade de aprendizagem da leitura/escrita e matemática nos anos/séries iniciais do ensino fundamental com adesão dos municípios).	2005	MEC em parceria com universidades que integram a Rede Nacional de Formação Continuada de Professores da Educação Básica e Sistemas Municipais de Ensino.	Aperfeiçoar o ensino de Língua Portuguesa e Matemática por meio da oferta de uma modalidade de formação continuada à distância que serve de apoio ao trabalho pedagógico desenvolvido pelos docentes que atuam nos anos iniciais do Ensino Fundamental.
PARFOR (Plano Nacional de Formação de Professores).	2009	Decreto nº 6.755 de 29 de janeiro de 2009. A Capes é a agência reguladora.	Qualificar os professores das séries iniciais e incentivar a segunda licenciatura. Promover a formação universitária docente para todas as etapas do ensino básico.
PNAIC (Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa). Consiste num compromisso assumido pelos governos federal, do Distrito Federal, dos estados e municípios em prol da alfabetização na idade certa.	2012	MEC. Portaria Nº 867, de 4 de julho de 2012.	Assegurar que todas as crianças estejam alfabetizadas até os oito anos de idade, ao final do 3º ano do Ensino Fundamental.
Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio. Ações de formação continuada de professores e coordenadores pedagógicos do Ensino Médio das zonas urbanas e rurais por parte do MEC em parceria com as Secretarias Estaduais de Educação, as IES Federais e as Unidades Escolares.	2013	MEC. Portaria Ministerial Nº 1.140 de 22 de novembro de 2013.	Contribuir para o aperfeiçoamento da formação dos Professores e Coordenadores Pedagógicos do Ensino Médio e rediscutir as práticas docentes em conformidade com as DCNEM.

Figura 01. Fonte: site do MEC. Ano: 2014.

Professores	Formação Inicial	Pós-Graduação	Área de Atuação	Séries/Cursos
01 e 02	Ciências com Habilitação em Biologia	Especialização em Ciências Biológicas	Ciências da Natureza e suas Tecnologias	1ª a 3ª série do Ensino Médio Integrado – Núcleo Comum
03, 04 e 05	Matemática	Especialização em Ensino da Matemática	Matemática	1ª a 3ª série do Ensino Médio Integrado – Núcleo Comum
06, 07 e 08	Licenciatura em Geografia	Especialização em Bacharelado em Geografia	Ciências Humanas e suas Tecnologias	1ª a 3ª série do Ensino Médio Integrado – Núcleo Comum
09, 10, 11 e, 12	Licenciatura em História	Especialização em Sociologia	Linguagens, Códigos e suas Tecnologias	1ª a 3ª série do Ensino Médio Integrado – Núcleo Comum
	Licenciatura em Pedagogia	Especialização em Psicopedagogia		
13	Licenciatura em Letras	Especialização em Língua Portuguesa	Disciplinas Técnicas	1ª a 3ª série do Ensino Médio Integrado – Núcleo Técnico
	Licenciatura em Educação Física	Especialização em Língua Portuguesa/Mídias na Ed./Metodologia do Ens. da Língua Espanhola		
14 e 15	Sistema de Informações	Sem especialização		
	Ciências com Habilitação em Física	Especialização em Matemática	Ciências da Natureza e suas Tecnologias	1ª a 3ª série do Ensino Médio Integrado – Núcleo Técnico
	Ciências com Habilitação em Física	Mestrado em Engenharia Nuclear/Ciência e Tecnologia		

Figura 02. Fonte: Quadro funcional do ano de 2014 da Escola campo de investigação.